D.O.M. Estado do Rio de Janeiro, 19 de Agosto de 2026
Subsecretaria de Comunicação
Ano XXII Edição Nº 2579
PREFEITURA MANGARATIBA

DIÁRIO OFICIAL

DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA

Endereço: Praça Robert Simões, nº 92 - Centro - Mangaratiba - RJ
Telefone: (21) 2789 6000 · Site: http://www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal

Mangaratiba recebe Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização

Mangaratiba participou, nesta terça-feira (18), da Cerimônia de Entrega do Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, realizada na cidade do Rio de Janeiro. Concedido pelo Ministério da Educação (MEC), o reconhecimento destaca municípios que vêm fortalecendo suas políticas e ações para garantir a alfabetização das crianças na idade certa.

Mangaratiba conquistou o Selo Bronze, resultado do trabalho desenvolvido pela atual gestão municipal e pela Rede Municipal de Ensino. Entre as iniciativas estão a construção da Política Municipal de Alfabetização, a organização e o fortalecimento dos processos da rede, o Processo Seletivo para diretores e coordenadores, a formação dos profissionais e o acompanhamento sistemático dos indicadores de gestão e aprendizagem.

A conquista também é fruto do trabalho dos professores alfabetizadores da Rede Municipal de Ensino, que diariamente transformam as políticas educacionais em aprendizagem. A Prefeitura de Mangaratiba reconhece e agradece a dedicação desses profissionais e de todos que contribuem para garantir que as crianças avancem na leitura e na escrita.



Representaram o município na cerimônia o Secretário Municipal de Educação, Renato Delmiro, a Subsecretária de Gestão Pedagógica, Eliane Maia, e a articuladora municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), Darquicineia Alves. O evento também contou com a participação da Secretária de Estado de Educação, Luciana Calaça. Sobre o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização:

Criado pelo MEC no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), o selo reconhece redes de ensino que desenvolvem políticas estruturadas de alfabetização, formação continuada, acompanhamento da aprendizagem e ações voltadas à garantia da alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.

O Selo Bronze é uma conquista coletiva e reforça o compromisso de Mangaratiba com a aprendizagem, a alfabetização na idade certa e a melhoria contínua da educação pública.

PREFEITO
LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO

VICE-PREFEITO
LUCAS DA SILVA VENITO

CHEFE GERAL DE GABINETE
MICHEL ELIZIARIO SANTOS

PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO
ANDRÉ BRASIL DE SIQUEIRA

CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO
MARCOS BARBOSA CAVALCANTE JÚNIOR

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS
LUCIANA CAMPOS PEREIRA DA SILVA SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
RENATO DELMIRO CABRAL

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
EDUARDO FERREIRA JORDÃO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
LUÍS EDUARDO LOPES DA COSTA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TESOURO
MARCELLO COSTA DA ROSA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
NATACHA ISABELA TOREZANI KEDE

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA
RICARDO GICQUEL DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
LUCAS DA SILVA VENITO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
ANTÔNIO CARLOS ANICETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
LAURO TENÓRIO PINHEIRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA
MARCOS MOZER DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO
ANDERSON BRITO DE QUADROS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TURISMO E EVENTOS
VITOR TENÓRIO SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRANSPORTE
LEÔNIO DA SILVEIRA DIAS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA
FELIPE JOSUÉ VARELA DOS SANTOS

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
RÔMULO DOS SANTOS NOGUEIRA

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA MULHER
GABRIELA ANGELO DO NASCIMENTO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE
ANA LUÍSA DA SILVA VENITO

PRESIDENTE DO INSTITUTO JOSÉ MIGUEL
LIDIO COUTO AMORIM

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO
PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE MANGARATIBA
ANDERSON DA SILVA MOREIRA

PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES DE MANGARATIBA
EDUARDO ESTRELA DOS SANTOS

PRESIDENTE
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS

VICE PRESIDENTE
MAIR ARAÚJO BICHARA

1º SECRETÁRIO
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL

2º SECRETÁRIO
JOSUÉ DOS SANTOS

VEREADORES:
AILTON SOARES JUNIOR
ALCIMAR MOREIRA CARVALHO
ANTONIO CESAR DOS SANTOS JUNIOR
CECÍLIA RIBEIRO CABRAL
DANIEL DE SOUZA VASCONCELLOS
JOÃO FELIPPE DE SOUZA OLIVEIRA
JOSUÉ DOS SANTOS
KAIO LUIZ PEIXOTO FREIJANES
MAIR ARAÚJO BICHARA
MARCIO SARGUIS TELHADO
NIELSON KOPKE DE JESUS
NILTON CARLOS SANTIAGO BARROS
YURY AGUIAR DOS REIS

ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 037/2025
Secretaria Municipal de Educação
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3747/2025
Publicados no Diário Oficial do Município de Mangaratiba de 18 de agosto de 2026 - Ano XXII - Nº 2578- página 6.
O Município de Mangaratiba vem informar que :
ONDE LÊ-SE:
Endereço: Rua Dr. Rubião Junior, 98 Loja A- Centro-, Mangaratiba-RJ,
LEIA-SE:
Endereço: Rua 15 de novembro, sn, quadra 59- Centro-, Mangaratiba-RJ,

Mangaratiba, 19 de agosto de 2026.
Mariana de Vasconcellos Pontes Alves
Pregoeira
Port. 3183/2025

PORTARIA N.º 2254 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria nº 1260/2025,
RESOLVE:
Exonerar o(a) Senhor(a) MARCOS VINÍCIUS ALVES DOS SANTOS, matrícula n° 1119, da Função Gratificada – Símbolo FGAE, de ASSESSOR OPERACIONAL DE SEGURANÇA, do (a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO, com efeito retroativo a partir de 08 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2255 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 3423/2025,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) RAFAEL MENDES LOBATO, do Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2257 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Portaria n° 0526/2026,
RESOLVE:
Exonerar, o(a) Senhor(a) LUCIANA GAMA PEREIRA, do Cargo de ASSESSOR DE CONTROLE E ROTINA DAS UNIDADES ESCOLARES, símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2256 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear o(a) Senhor(a) RICARDO ALEXANDRE MAIA RIBEIRO, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS, Símbolo ASSIII, do(a) SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS, com efeito retroativo a partir de 01 de agosto de 2026.

PORTARIA N.º 2258 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Decreto nº 1024/05, com o Decreto nº 1977/09 e com o Decreto n° 2970/13 e tendo em vista a Portaria de n° 0788/26,
RESOLVE:
Alterar a composição da Comissão de Perícia Médica, para avaliar os aprovados no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Mangaratiba, Edital n° 001/2024, a ser constituída pelos médicos abaixo indicados, a partir da presente data:

SUPERVISOR:
Dr. DANIEL TAVARES QUINTANILHA
Médico Clínico Geral
Matrícula n° 3076
CRM nº 52755508

EXAMINADORES:
Dr. ALCEBIADES JOSE SOARES POLIDO
Médico Clínico Geral
Código n° 76501
CRM nº 528490

Dr. ALEXANDRE BAPTISTA DE CARVALHO
Médico Ortopedista
Matrícula n° 1921
CRM nº 52.69439-8

Dra. TATIANA DA COSTA CAMARA
Médico Psiquiatra
Código n° 81128
CRM n° 521018183

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 19 de agosto de 2026.
Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PORTARIA ADM. N.º 1134 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar ROMULLO ABRAHAO DA SILVA, CPF: 17152400733, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Saúde, referente a Locação de imóvel situado na Estrada São João Marcos n° 85, Lote 36, Q:Gleba02, El Ranchito - Mangaratiba/RJ, que tem como Locador(a) a(o) Sr.(a) MONICA FRANCISCA DA SILVA, oriundo do Processo Administrativo n° 8702/2026, conforme procedimento licitatório: Contrato n°. 176/2026.
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 31 de julho de 2026.

PORTARIA ADM. N.º 1135 DE 19 DE AGOSTO DE 2026.
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SUPRIMENTOS, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Delegação de competência no Decreto nº 3360, Art.2º, de 27 de abril de 2015 e conforme o Decreto de n°. 4953 de 30 de novembro de 2023,
RESOLVE:
Art.1º Designar ROMULLO ABRAHAO DA SILVA, CPF: 17152400733, para exercer a função de FISCAL DE CONTRATO, da Secretaria Municipal de Saúde, referente a Locação de imóvel situado na Estrada São João Marcos, SN, Área A, Lote 29 e 30, Acampamento - Mangaratiba/RJ, que tem como Locador(a) a(o) Sr.(a) JOSE MAURICIO LOPES SOARES, oriundo do Processo Administrativo n° 8702/2026, conforme procedimento licitatório: Contrato n°. 174/2026.
Art.2º Para Auxílio de suas funções o mesmo deverá observar atenciosamente o Manual do Fiscal de Contratos edição 2014, alterado pelo Decreto Nº 3496, de 23 e fevereiro de 2016.
Art.3º Esta portaria entra em vigor, com efeito retroativo a partir de 27 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Mangaratiba, 19 de agosto de 2026.
Luciana Campos Pereira da Silva Santos
Secretária Municipal de Administração e Suprimentos
Portaria nº 2042/2025

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

LEI Nº 1.686, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

"INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL DO MUNICÍPIO DE MANGARATIBA – REFIS 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, destinado a promover a regularização e recuperação de créditos tributários ou não tributários do Município de Mangaratiba, relativos a impostos, taxas e contribuições de quaisquer espécies, com fato gerador ou vencimento até 31 de dezembro de 2025, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, ajuizados ou a ajuizar, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento do tributo declarado.

Parágrafo Único O REFIS será administrado pela Subsecretaria Municipal de Fazenda.

Art. 2º O ingresso no REFIS dar-se-á por adesão do sujeito passivo, que fará jus ao regime especial de consolidação e parcelamento em até **36 (trinta e seis)** parcelas sucessivas dos débitos fiscais a que se refere o art. 1º desta Lei.

§ 1º A adesão poderá ser formalizada no prazo de **90 (noventa) dias**.

§ 2º O sujeito passivo deverá, quando da adesão, relacionar todos os débitos tributários ainda não confessados ou autuados.

§ 3º Os débitos existentes em nome ou de responsabilidade do optante, bem como aqueles relacionados na adesão, serão consolidados com base na data do requerimento de ingresso no REFIS, e poderão sofrer descontos exclusivamente sobre multa moratória e juros de mora, na forma disposta nesta Lei e nos termos do art. 172 do Código Tributário Nacional.

§ 4º A consolidação abrangerá todos os tributos lançados ou denunciados espontaneamente pelo optante, inclusive os acréscimos legais relativos às multas moratórias, juros de mora, correção monetária e demais encargos previstos na legislação vigente à época de ocorrência dos respectivos fatos geradores, bem como os parcelamentos em curso e os débitos inscritos em Dívida Ativa, qualquer que seja a fase de cobrança.

§ 5º Para fins de consolidação e pagamento dos débitos apurados, poderá o optante se enquadrar nas seguintes opções de parcelamento, com descontos incidentes exclusivamente sobre multa de mora e juros de mora:

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

MODALIDADE DE PARCELAMENTO	REDUÇÃO DA MULTA DE MORA	REDUÇÃO DOS JUROS DE MORA
À Vista	100%	100%
Até 03 meses	80%	80%
Até 06 meses	70%	70%
Até 12 meses	50%	50%
Até 18 meses	30%	30%
Até 24 meses	20%	20%
Até 36 meses	0%	0%

§ 6º No caso de parcelamento, o valor da primeira parcela não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor total do crédito consolidado.

§ 7º A pessoa jurídica que suceder a outra e for responsável por tributos devidos pela sucedida, nos termos dos artigos 132 e 133, do Código Tributário Nacional, deverá solicitar convalidação da adesão anteriormente realizada.

§ 8º Nos casos em que o débito a ser parcelado estiver sendo objeto de Execução Fiscal, o pedido de parcelamento deverá ser formalizado junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Art. 3º O débito consolidado na forma desta Lei:

I – o saldo consolidado da dívida e as parcelas advindas do parcelamento sujeitam-se, a partir da data da concessão do benefício, a atualização monetária, com base no índice oficial adotado pelo Município para atualização de seus créditos tributários, IPCA/IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, a incidir no 1° dia de janeiro de cada um dos exercícios posteriores à concessão do benefício;

II – será pago em parcelas mensais e sucessivas, sendo o valor mínimo de cada parcela correspondente a:

a) R$ 100,00 (cem reais) para pessoas jurídicas;

b) R$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoas físicas.

Parágrafo Único Constatada pela Administração a insuficiência de capacidade econômica do sujeito passivo, poderá ser autorizada a fixação de parcelas em valor compatível com essa condição, observando o valor mínimo de R$ 30,00 (trinta reais).

Art. 4º A adesão pelo REFIS sujeita o optante a:

I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados, através da assinatura do termo de confissão de dívida;

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

II – expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos incluídos no programa por adesão do contribuinte;

III – obrigação de pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem como dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos a partir do prazo a que se refere o artigo 1º desta Lei.

§ 1º Será requerida a suspensão da execução fiscal relativa aos débitos parcelados na forma desta Lei, devendo ser retomada a execução fiscal, nos próprios autos, caso haja descumprimento do parcelamento pelo devedor, na forma desta Lei.

§ 2º As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência, para efeitos do inciso III deste artigo.

Art. 5º A adesão pelo REFIS:

I – exclui qualquer forma de parcelamento, exceto a prevista nesta Lei;

II – implica a consolidação pelo valor restante dos créditos já parcelados por força de programas anteriores;

III – Não gera direito à restituição ou compensação de valores anteriormente pagos.

Art. 6º O sujeito passivo, optante pelo REFIS, será dele excluído nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento de qualquer das exigências estabelecidas no artigo 4º desta Lei;

II – inadimplência, por 03 (três) parcelas consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no recolhimento dos tributos municipais, cujos fatos geradores tenham ocorrido após a adesão;

III – constatação caracterizada por lançamento de ofício de débito não incluído na confissão, ficando configurado o dolo do contribuinte, salvo se integralmente pago no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do lançamento ou da decisão definitiva na esfera administrativa ou judicial;

IV – declaração de insolvência ou decretação de falência ou extinção por liquidação da pessoa jurídica;

V – decisão definitiva na esfera judicial, total ou parcialmente desfavorável ao optante, relativa a débitos enquadráveis no art. 1º e não incluídos no REFIS, salvo se integralmente pago, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da referida decisão.

VI – prática de qualquer procedimento tendente a ocultar operações ou prestações tributáveis.

§ 1º A exclusão do REFIS implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

§ 2º Da decisão que excluir o optante do REFIS caberá recurso conforme o Decreto nº. 4044/2019, que disciplina o processo administrativo tributário.

Art. 7º Os eventuais decréscimos de receita oriundos desta Lei serão compensados com a implementação da mesma, mediante aumento da arrecadação pelo programa de recuperação fiscal ora instituído, bem como em decorrência dos créditos que serão espontaneamente declarados e confessados pelos contribuintes.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 18 de agosto de 2026.

Luiz Claúdio de Souza Ribeiro
Prefeito

/Mensagem n.º 054, de 13 de agosto de 2026.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 5.298 DE 01 DE JULHO DE 2026

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº 1.613/2025 - Lei Orçamentária Anual para 2026, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando o orçamento da **Prefeitura Municipal de Mangaratiba, no valor de R$ 74.483.204,04 (Setenta e quatro milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, duzentos e quatro reais e quatro centavos)**, de acordo com quadro abaixo:

Ficha	Codigo Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação
210	02.07.01.15.451.0006.1009	3.3.90.30.00	17040000	R$ 4.800.000,00
502	02.07.01.15.451.0006.1009	3.3.90.39.00	17040000	R$ 5.000.000,00
441	02.22.01.15.452.0006.2051	3.3.90.39.00	17040000	R$ 10.500.000,00
226	02.07.01.15.452.0006.2051	3.3.90.39.00	17040000	R$ 5.460.000,00
249	02.08.01.04.122.0015.2062	3.3.90.39.00	17040000	R$ 2.000.000,00
15	02.01.01.04.122.0015.2004	3.3.90.39.00	17040000	R$ 1.000.000,00
376	02.17.01.26.782.0006.2053	3.3.90.39.00	17040000	R$ 100.000,00
25	02.01.01.04.122.0015.2009	3.3.90.39.00	17040000	R$ 290.000,00
469	02.07.01.15.452.0006.2031	3.3.90.39.00	17040000	R$ 850.000,00
512	02.01.01.04.122.0014.2006	3.3.90.39.00	17040000	R$ 44.483.204,04
	TOTAL			**R$ 74.483.204,04**

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao Artigo 5º da Lei nº. 1.613 de 22 de outubro de 2025, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2026, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Os recursos compensatórios serão provenientes de Excesso de Arrecadação, oriundos da fonte de recurso 17040000 (transferências da união referentes a compensações financeiras pela exploração de recursos naturais - recursos do exercício corrente).

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 01 de julho de 2026.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 5305 DE 16 DE JULHO DE 2026.

"SUPLEMENTA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EM FAVOR DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL NO ORÇAMENTO VIGENTE"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº 1.613/2025 - Lei Orçamentária Anual para 2026, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto Crédito Suplementar, alterando o orçamento vigente no valor **de R$ 18.582.547,31 (dezoito milhões quinhentos e oitenta e dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e trinta e um centavos), em favor da FUNDACAO MARIO PEIXOTO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL MANGARATIBA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGARATIBA, PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA**, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
9	11.01.01.04.122.0010.2046	4.4.90.52.00	17040000	R$417.328,00	
15	02.01.01.04.122.0015.2004	3.3.90.39.00	17040000	R$334.550,00	
25	02.01.01.04.122.0015.2009	3.3.90.39.00	17040000	R$10.000,00	
26	02.01.01.04.122.0015.2009	3.3.90.39.00	17050000	R$12.208,00	
29	04.01.01.08.244.0008.2049	3.3.90.30.00	16610000	R$13.000,00	
35	04.01.01.08.244.0008.2082	3.3.90.39.00	17040000	R$7.198,17	
50	02.02.01.04.122.0015.2016	3.3.90.30.00	17040000	R$63.941,92	
51	02.02.01.04.122.0015.2016	3.3.90.30.00	17050000	R$24.531,65	
87	03.01.01.10.301.0002.2038	3.3.90.39.00	16000000	R$500.000,00	
90	03.01.01.10.302.0002.2024	3.1.90.11.00	16210000	R$200.000,00	
100	03.01.01.10.302.0002.1002	4.4.90.51.00	16350000	R$20.000,00	
103	02.05.01.12.361.0003.2048	3.1.90.11.00	15001001	R$8.000.000,00	
111	03.01.01.10.301.0002.2038	4.4.90.52.00	16000000	R$1.110.000,00	
122	02.05.01.12.365.0003.2011	3.1.90.11.00	15001001	R$50.000,00	
133	02.05.01.12.365.0003.2012	3.1.90.11.00	15001001	R$3.000.071,16	
226	02.07.01.15.452.0006.2051	3.3.90.39.00	17040000	R$500.000,00	
300	02.12.01.06.182.0016.2064	3.3.90.30.00	17040000	R$9.306,00	
314	02.13.01.19.572.0011.2020	3.3.90.40.00	17040000	R$27.271,77	
315	02.13.01.19.572.0011.2020	3.3.90.40.00	17050000	R$201.249,06	
376	02.17.01.26.782.0006.2053	3.3.90.39.00	17040000	R$500.000,00	
402	02.20.01.04.122.0015.2007	3.3.90.36.00	17040000	R$92.535,03	
465	02.05.01.12.365.0003.2012	3.1.91.13.00	15001001	R$200.000,00	
499	02.02.01.04.122.0015.2016	3.3.90.39.00	17050000	R$4.107,49	
502	02.07.01.15.451.0006.1009	3.3.90.39.00	17040000	R$2.000.000,00	
507	02.06.01.08.244.0008.2003	4.4.90.52.00	15000000	R$4.000,00	
509	02.05.01.12.365.0003.2011	4.4.90.52.00	15730000	R$1.080.000,00	
510	02.13.01.19.572.0011.2020	3.3.90.40.00	15000000	R$201.249,06	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
6	11.01.01.04.122.0010.2046	3.3.90.30.00	17040000		R$208.664,00
8	11.01.01.04.122.0010.2046	3.3.90.39.00	17040000		R$208.664,00
14	04.01.01.08.244.0008.2049	3.3.90.39.00	16610000		R$13.000,00
15	03.01.01.10.301.0002.2038	3.1.90.92.00	16000000		R$500.000,00
28	02.01.01.04.122.0015.2010	3.3.90.39.00	17050000		R$5.000,00
33	03.01.01.10.302.0002.2024	3.1.90.11.00	16000000		R$1.110.000,00
45	03.01.01.10.302.0002.2024	3.3.90.30.00	16350000		R$20.000,00
52	02.02.01.04.122.0015.2017	3.3.90.36.00	15000000		R$20.000,00
53	02.02.01.04.122.0015.2017	3.3.90.39.00	15000000		R$20.000,00
53	03.01.01.10.302.0002.2024	3.3.90.39.00	16210000		R$200.000,00
54	02.02.01.04.122.0015.2018	3.3.90.39.00	17040000		R$2.470,86
56	02.03.01.04.061.0015.2054	3.3.90.91.00	15000000		R$201.249,06
58	02.03.01.04.061.0015.2054	3.3.90.92.00	15000000		R$39.386,48
59	02.03.01.04.122.0015.2003	3.3.90.14.00	15000000		R$10.483,00
60	02.03.01.04.122.0015.2003	3.3.90.30.00	15000000		R$12.579,60
61	02.03.01.04.122.0015.2003	3.3.90.39.00	15000000		R$60.000,00
62	02.03.01.04.122.0015.2003	3.3.90.92.00	15000000		R$7.215,34
63	02.03.01.04.122.0015.2003	4.4.90.52.00	15000000		R$6.483,00
74	02.05.01.12.243.0013.2109	3.3.90.30.00	15001001		R$20.000,00
76	02.05.01.12.243.0013.2109	3.3.90.39.00	15001001		R$20.000,00
77	02.05.01.12.243.0013.2109	4.4.90.92.00	15001001		R$20.000,00
81	02.05.01.12.361.0003.2003	3.3.90.14.00	15001001		R$10.980,30
84	02.05.01.12.361.0003.2003	3.3.90.32.00	15001001		R$10.483,00
85	02.05.01.12.361.0003.2003	3.3.90.39.00	15001001		R$51.915,00
93	02.05.01.12.361.0003.2008	3.3.90.30.00	15001001		R$2.000.000,00
110	02.05.01.12.361.0003.2048	3.1.90.92.00	15730000		R$1.000.000,00
111	02.05.01.12.361.0003.2048	3.1.91.13.00	15001001		R$50.000,00
112	02.05.01.12.361.0003.2048	3.1.91.92.00	15001001		R$250.049,60
115	02.05.01.12.361.0003.2048	3.3.90.39.00	15001001		R$3.967.500,00
126	02.05.01.12.365.0003.2011	3.1.90.92.00	15001001		R$199.785,96
127	02.05.01.12.365.0003.2011	3.1.91.13.00	15001001		R$200.000,00
128	02.05.01.12.365.0003.2011	3.1.91.92.00	15001001		R$195.234,01
132	02.05.01.12.365.0003.2011	3.3.90.30.00	15730000		R$80.000,00
133	02.05.01.12.365.0003.2012	3.1.90.11.00	15001001		R$536.399,16
137	02.05.01.12.365.0003.2012	3.1.90.13.00	15001001		R$10.920,74
138	02.05.01.12.365.0003.2012	3.1.90.13.00	15001001		R$46.215,52
139	02.05.01.12.365.0003.2012	3.1.90.92.00	15001001		R$311.940,45
143	02.05.01.12.366.0003.2026	3.1.90.11.00	15001001		R$60.000,00
149	02.05.01.12.366.0003.2071	3.3.90.30.00	15001001		R$20.000,00
151	02.05.01.12.366.0003.2071	3.3.90.36.00	15001001		R$30.000,00
152	02.05.01.12.366.0003.2071	3.3.90.39.00	15001001		R$10.000,00
153	02.05.01.12.366.0003.2071	4.4.90.52.00	15001001		R$15.000,00
160	02.06.01.08.122.0008.2007	3.3.90.36.00	17050000		R$31.739,65
172	02.06.01.08.244.0008.2003	3.3.90.14.00	15000000		R$4.000,00
198	02.07.01.04.122.0006.2003	3.3.90.39.00	17040000		R$8.386,40
200	02.07.01.04.122.0006.2007	3.3.90.36.00	17050000		R$4.107,49

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
Gabinete do Prefeito

Ficha	Código Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
202	02.07.01.04.122.0006.2007	3.3.90.92.00	17040000		R$419,32
204	02.07.01.15.451.0006.1006	3.3.90.30.00	15000000		R$122.000,00
226	02.07.01.15.452.0006.2051	3.3.90.39.00	17040000		R$28.687,76
254	02.08.01.04.123.0015.2027	3.3.90.39.00	17040000		R$3.738,36
264	02.08.01.28.843.0015.2028	4.6.91.71.00	15000000		R$2.405.000,00
267	02.09.01.04.122.0006.2003	3.3.90.39.00	17050000		R$77.920,00
283	02.10.01.20.608.0014.2039	3.3.90.30.00	17040000		R$2.290,61
297	02.12.01.04.122.0016.2003	3.3.90.39.00	17050000		R$62.423,04
303	02.12.01.06.182.0016.2064	3.3.90.39.00	17050000		R$60.906,02
359	02.16.01.23.695.0012.2013	3.3.90.39.00	17040000		R$17.198,17
376	02.17.01.26.782.0006.2053	3.3.90.39.00	17040000		R$89.000,00
395	02.19.01.27.813.0004.2042	3.3.90.30.00	17040000		R$4.134,85
408	02.20.01.14.422.0007.2083	3.3.90.30.00	17040000		R$10.000,00
410	02.20.01.14.422.0007.2083	3.3.90.32.00	17040000		R$12.000,00
411	02.20.01.14.422.0007.2083	3.3.90.39.00	17040000		R$20.000,00
412	02.20.01.14.422.0007.2083	3.3.90.48.00	17040000		R$15.693,00
414	02.20.01.14.422.0007.2113	3.3.90.30.00	17040000		R$10.000,00
416	02.20.01.14.422.0007.2113	3.3.90.32.00	17040000		R$6.000,00
417	02.20.01.14.422.0007.2113	3.3.90.39.00	17040000		R$10.000,00
429	02.21.01.04.122.0005.2003	4.4.90.52.00	17040000		R$10.000,00
441	02.22.01.15.452.0006.2051	3.3.90.39.00	17040000		R$3.290.772,90
465	02.05.01.12.365.0003.2012	3.1.91.13.00	15001001		R$500.000,00
467	02.05.01.12.366.0003.2026	3.1.90.13.00	15001001		R$10.500,00
485	02.20.01.04.122.0015.2007	3.3.90.47.00	17040000		R$4.010,66
TOTAL				R$18.582.547,31	R$18.582.547,31

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao Artigo 5º, da Lei Municipal nº 1.613 de 22 de outubro de 2025, que institui a Lei Orçamentaria Anual de 2026, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 16 de julho de 2026.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

Página: 3 / 3

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

DECRETO Nº 5.311, DE 3 DE AGOSTO DE 2026.

Considera imóvel de Interesse Público e Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação do imóvel destinado à implantação da Clínica da Família do bairro de Nova Mangaratiba, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 12, artigo 92, inciso VII, e artigo 107, inciso I, todos da Lei Orgânica do Município de Mangaratiba,

CONSIDERANDO que compete ao Município promover a política de ordenamento territorial, adequada a oferecer suporte médico e social à comunidade, favorecendo a promoção da saúde e qualidade de vida à população local, atendendo aos princípios constitucionais da função social e do interesse coletivo;
CONSIDERANDO que a saúde é direito fundamental do cidadão nos termos do art. 196 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO que compete ao Município promover políticas públicas voltadas ao bem-estar e à saúde preventiva da população;
CONSIDERANDO a necessidade de implantação de **Clínica da Família** no bairro Nova Mangaratiba, unidade essencial para oferecer suporte médico e social à comunidade, favorecendo a promoção da saúde;
CONSIDERANDO que o artigo **5º, inciso XXIV, da CF/88** estabelece que a desapropriação de bens particulares só pode ocorrer por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;
CONSIDERANDO, ainda **o Decreto-Lei nº 3.365/1941** que versa sobre a desapropriação por utilidade ou necessidade pública.

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado de **Utilidade Pública** o imóvel localizado à Estrada São João Marcos, SN, Lote 05, GL-01, Ruínas (Nova Mangaratiba), Mangaratiba/RJ, CEP: 23.860-000; Inscrição/IPTU nº 50034-02, inscrito em nome de Paulo dos Santos Rossi em razão da necessidade de implantação de **Clínica da Família** no bairro Nova Mangaratiba, unidade essencial para oferecer suporte médico e social à comunidade, favorecendo a promoção da saúde.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mangaratiba, 03 de agosto de 2026.

LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA RIBEIRO
Prefeito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Gabinete do Prefeito

DECRETO N.º 5.312 DE 12 DE AGOSTO DE 2026.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO LEGISLATIVO MUNICIPAL"

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais instituídas no art. 92, VII e no art. 107, I, alínea "d" da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o art. 05 da Lei nº 1.613/2025 - Lei Orçamentária Anual para 2026, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares nas hipóteses e limites que menciona:

D E C R E T A:

Art. 1º.- Fica aberto crédito adicional suplementar, alterando o orçamento da **Câmara Municipal de Mangaratiba, no valor de R$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais)**, de acordo com quadro abaixo:

Codigo Geral	Natureza da Despesa	Fonte	Suplementação	Anulação
01.01.01.01.031.0001.2001	3.1.90.11.00	15000000		R$ 200.000,00
01.01.01.01.031.0001.2001	3.3.90.36.00	15000000		R$ 100.000,00
01.02.01.01.122.0001.2002	3.3.90.92.00	15000000		R$ 100.000,00
01.02.01.01.122.0001.2002	3.3.90.93.00	15000000	R$ 400.000,00	R$ -
TOTAL			**R$ 400.000,00**	**R$ 400.000,00**

Art. 2º - Fica alterado o Quadro Demonstrativo de Despesa, referente ao Artigo 5º da Lei nº. 1.613 de 22 de outubro de 2025, que institui a Lei Orçamentária Anual de 2026, para que passem a constar as devidas alterações.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Mangaratiba, 12 de agosto de 2026.

Luiz Cláudio de Souza Ribeiro
Prefeito

PREFEITURA MANGARATIBA Secretaria Municipal de Saúde

MANGARATIBA COSTA VERDE - RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO nº 12/2026

Dispõe sobre a organização e concessão de folgas aos servidores da Rede Municipal de Saúde convocados para atuação nas Eleições 2026, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANGARATIBA, no uso de suas atribuições legais e regulamentares,

CONSIDERANDO a convocação de servidores públicos para atuação junto à Justiça Eleitoral durante as Eleições 2026;

CONSIDERANDO o disposto no art. 98 da Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que assegura aos convocados para os trabalhos eleitorais a dispensa do serviço pelo dobro dos dias de convocação;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TSE nº 23.751, de 26 de fevereiro de 2026, que estabelece a concessão de 02 (dois) dias de folga para cada dia de convocação e efetiva participação nos trabalhos eleitorais;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar o usufruto das folgas decorrentes da convocação eleitoral com a manutenção das escalas de serviço e a continuidade dos atendimentos prestados pela Rede Municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios uniformes para a programação das folgas dos servidores convocados, especialmente daqueles vinculados à Rede de Urgência, Emergência e Atenção Especializada;

CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade e o adequado funcionamento dos serviços de saúde, evitando prejuízos à assistência prestada à população;

RESOLVE:

Art. 1º Os servidores vinculados à Rede Municipal de Saúde que tenham sido regularmente convocados pela Justiça Eleitoral para atuação nas Eleições 2026 farão jus às folgas decorrentes da convocação eleitoral, na forma da legislação e regulamentação aplicáveis.

Art. 2º Para fins de organização das escalas de serviço, as folgas decorrentes da convocação eleitoral serão programadas de forma parcelada, à razão de 01 (um) dia de folga por mês, observada a necessidade do serviço e a disponibilidade das unidades.

§ 1º A programação prevista no caput deste artigo constitui medida de organização administrativa do usufruto das folgas, não implicando redução ou renúncia ao quantitativo de dias assegurado ao servidor pela Justiça Eleitoral.

§ 2º O saldo remanescente das folgas a que o servidor fizer jus permanecerá registrado para posterior usufruto, observada a programação estabelecida pela chefia imediata.

Art. 3º A programação das folgas deverá ser previamente ajustada entre o servidor e sua chefia imediata ou coordenação da unidade, considerando:

I – A escala de serviço vigente;

II – A necessidade de manutenção do quantitativo mínimo de profissionais;

III – A continuidade e regularidade dos serviços prestados;

IV – As características e necessidades assistenciais de cada unidade; e

V – O saldo de folgas eleitorais disponível para o servidor.

Art. 4º Caberá à chefia imediata ou à coordenação da unidade realizar o controle das folgas usufruídas e do saldo remanescente de cada servidor, mediante apresentação da documentação comprobatória emitida pela Justiça Eleitoral.

Art. 5º Para fins de comprovação, o servidor deverá apresentar a Declaração de Trabalhos Eleitorais – DTE ou outro documento oficial expedido pela Justiça Eleitoral, contendo os dias de convocação e o total de dias de folga a que fizer jus.

Art. 6º Em situações excepcionais, devidamente justificadas pela necessidade do serviço, a chefia imediata poderá ajustar a programação mensal da folga, sem prejuízo do saldo de dias assegurado ao servidor.

Art. 7º As disposições desta Resolução aplicam-se aos servidores vinculados à Secretaria Municipal de Saúde convocados para atuação nas Eleições 2026, especialmente àqueles integrantes da Rede de Urgência, Emergência e Atenção Especializada.

Art. 8º Os casos omissos ou situações excepcionais não previstas nesta Resolução serão submetidos à apreciação da Superintendência responsável e da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

gov.br
Documento assinado digitalmente
LUCAS DA SILVA VENITO
Data: 18/08/2026 21:55:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Lucas da Silva Venito

Secretário Municipal de Saúde

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO

Processo nº 9377/2026
Fls._____

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 003/2026

Fundação Mario Peixoto

PROCESSO Nº 9377/2026.

OBJETO: Registro de Preços para a Contratação empresa por Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de disponibilização de veículos automotores, com fornecimento de motoristas em regime de dedicação exclusiva, sem fornecimento de combustível, destinados ao atendimento das demandas da Fundação Mario Peixoto, sendo a remuneração dos veículos calculada com base na quilometragem efetivamente percorrida, compreendendo, ainda, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, licenciamento, tributos, substituição de veículos, pedágios, quando aplicáveis, e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços, pelo período de 12 (doze) meses, consecutivos conforme no Termo de Referência. Base Legal: Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023 e no Decreto Municipal nº 4953 de 30 de novembro de 2023.

A Fundação Mario Peixoto, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Fagundes Varela nº 116, Centro, na cidade de Mangaratiba, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 28.455.349/0001-42, neste ato representado pelo Ilmº. Presidente Sr. Paulo Henrique do Valle Santos, Economista, Divorciado, CPF sob o nº 710.245.067-20, doravante designada simplesmente ORGÃO GERENCIADOR, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2026, publicada no PNCP em 02 de julho de 2026, com ID de contratação Sob nº 28455749000142-1-000011/2026, processo administrativo n.º 9377/2026, RESOLVE registrar os preços da empresa: **NAL COMERCIO E SERVICOS LTDA**, **CNPJ: 61.193.443/0001-30**, localizada na Rua: Irma Breves, S/N, QUADRA Q05, PRAIA DO SACO, MANGARATIBA/RJ, Telefone: (21) 99182-1829, e-mail: contatojuanmerighetti@gmail.com, representada neste ato pela Srº Juan Merighetti da Silva, brasileiro, solteiro, empresário, portadora da Célula de Identidade sob o nº: 28.115.832-9, indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação empresa por Ata de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de disponibilização de veículos automotores, com fornecimento de motoristas em regime de dedicação exclusiva, sem fornecimento de combustível, destinados ao atendimento das demandas da Fundação Mario Peixoto, sendo a remuneração dos veículos calculada com base na quilometragem efetivamente percorrida, compreendendo, ainda, manutenção preventiva e corretiva, seguro total, licenciamento, tributos, substituição de veículos, pedágios, quando aplicáveis, e demais encargos necessários à perfeita execução dos serviços de referência do edital de Licitação nº 03/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO

Processo nº 9377/2026
Fls._____

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Objeto	Descrição	Unidade	Km/mês	Valor unitário	Quant.	Valor Mensal	Valor Anual
1	Veículo Sedan	Veículo de passeio tipo sedan de fabricação nacional para REPRESENTAÇÃO, zero km; cor cinza ou prata 5 (cinco) portas; ar condicionado; carroceria monobloco; 3 (três) volumes; 4 (quatro) passageiros mais o motorista (4+1); motor com potência mínima de 120 cv; direção elétrica ou letroassistida, câmbio automático, com dimensões adequadas de conforto aos 05 (cinco) ocupantes em viagens longas (o espaço entre os bancos deverá permitir a mobilidade das pernas de todos os passageiros, tomando como base uma pessoa de estatura média); apoios de cabeça e cintos de segurança transversais para todos os 5 (cinco) ocupantes; película de proteção solar automotiva nos vidros conforme padrões permitidos pela Legislação; freios com sistema anti-bloqueio ABS; e, no mínimo, quatro air bags, com motoristas habilitados, contratação por sistema de diária.	Km	4.000	R$ 1,30	14	R$ 72.800,00	R$ 873.600,00

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO

Processo nº 9377/2026
Fls._____

2	Veículo Hatch	Veículo de passeio tipo Hatch de fabricação nacional para REPRESENTAÇÃO, zero km; cor cinza ou prata 5 (cinco) portas; ar condicionado; carroceria monobloco; 3 (três) volumes; 4 (quatro) passageiros mais o motorista (4+1); motor com potência mínima de 120 cv; direção elétrica ou eletroassistida, câmbio automático, com dimensões adequadas de conforto aos 05 (cinco) ocupantes em viagens longas (o espaço entre os bancos deverá permitir a mobilidade das pernas de todos os passageiros, tomando como base uma pessoa de estatura média); apoios de cabeça e cintos de segurança transversais para todos os 5 (cinco) ocupantes; película de proteção solar automotiva nos vidros conforme padrões permitidos pela Legislação; freios com sistema anti-bloqueio ABS; e, no mínimo, quatro air bags, com motoristas habilitados, contratação por sistema de diária.	Km	4.000	R$ 1,60	14	R$ 89.600,00	R$ 1.075.200,00
3	Veículo Utilitário Pick-up	Veículo utilitário tipo pick-up de fabricação nacional para REPRESENTAÇÃO, zero km; cor cinza ou prata 4 (quatro) portas; ar condicionado; carroceria com capacidade de carga de 1000 litros; 4 (quatro) passageiros mais o motorista (4+1); motor com potência mínima de 180 cv; direção elétrica ou eletroassistida, câmbio automático, com dimensões adequadas de conforto aos 05 (cinco) ocupantes em viagens longas (o espaço entre os bancos deverá permitir a mobilidade das pernas de todos os passageiros, tomando como base uma pessoa de estatura média); apoios de cabeça e cintos de segurança transversais para todos os 5	Km	4.000	R$ 1,35	4	R$ 21.600,00	R$ 259.200,00

		(cinco) ocupantes; película de proteção solar automotiva nos vidros conforme padrões permitidos pela Legislação; freios com sistema anti bloqueio ABS; e, no mínimo, quatro air bags, com motoristas habilitados, contratação por sistema de diária.						
4	Van	Veículo automotor tipo Van executiva de fabricação nacional - Capacidade de 15 lugares no mínimo para passageiros sentados; Poltronas individuais estofadas e reclináveis com cinto de segurança; Freios com sistema antibloqueio ABS; Air-bags nos bancos dianteiros (no mínimo); Ar condicionado; Dispositivo GPS; Dispositivo de registro gráfico de velocidade – Tacógrafo; No máximo, 5 (cinco) anos de fabricação (chassis-carroceria ano/modelo); Durante o período contratual, as vans que atingirem 5 (cinco) anos de fabricação deverão ser substituídas; Pneus de acordo com as normas do CONTRAN (dentro do limite de T.W.I. Tread Wear Indicator), sempre utilizados desde novos, e sem terem passado por processo de recauchutagem; Com cortinas nas janelas e/ou película escura nos vidros, com motoristas habilitados, contratação por sistema de diária.	Km	4.000	R$ 6,65	4	R$ 106.400,00	R$ 1.276.800,00

5	Motocicleta	Veículos Motocicleta, modelo e ano corrente, na cor branca ou cinza, peso seco máximo de 130 kg e altura do assento mínima de 800mm; Fabricação Nacional. Monocilíndrico, 4 tempos, arrefecido a ar, Cilindrada: No mínimo 158 cc. Potência máxima: 14,9 cv a 8.000 rpm. Torque máximo: 1,40 kgfm a 7.000 rpm. Transmissão 5 velocidades. Sistema de partida: Elétrico. Relação de compressão: 9,5: 1. Sistema Alimentação: Injeção eletrônica. Combustível: Gasolina/Etanol; Sistema Elétrico: Ignição eletrônica. Bateria: 12V – 4 ah; Farol: 35/35W. Capacidade do tanque de combustível: 12 litros. Óleo do Motor: 1,2 litros. Dimensões: Comprimento x Largura x Altura: 2067 x 810 x 1151 mm. Distância entre eixos: 1356 mm. Distância mínima do solo: 247mm. Chassi: Tipo berco semi duplo. Suspensão Dianteira/Curso: Garfo telescópico / 180mm. Suspensão traseira: Mono shock 150mm, Freio dianteiro à disco com 240mm de diâmetro e freio traseiro à disco com 220 mm de diâmetro;	Km	4.000	R$ 0,30	14	R$ 16.800,00	R$ 201.600,00
6	Motorista	Motorista Categoria AB	Mão de Obra	10	R$ 6.577,36	12	R$ 65.773,60	R$ 789.283,20
7	Motorista	Motorista Categoria D	Mão de Obra	4	R$ 7.214,22	12	R$ 28.856,88	R$ 346.282,56

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor unitário	Valor Total
1	Uniforme	21	Unidade	R$ 199,83	R$ 2.397,92
Valor total mensal				**R$ 402.030,32**	
Valor total				**R$ 4.824.363,84**	

2.2. Perfazendo o valor de **R$ 4.824.363,84 (quatro milhões, oitocentos e vinte e quatro mil, trezentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos);**

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO

Processo nº 9377/2026
Fls._____

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Fundação Mario Peixoto.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual, o qual poderá ser renovado pelo período de até 10 (dez) anos e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. LOCAL E FORMA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

11.1 Ser entregues à Fundação Mário Peixoto, e com o pagamento do frete, tributos, encargos sociais, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir no preço proposto;

11.2 Fica a cargo do Fornecedor ou transportador por ele contratado a descarga e movimentação do equipamento ou material do veículo até o local designado pelo servidor responsável pelo recebimento;

11.3 O aceite dos equipamentos pela Contratante não exclui a responsabilidade civil nem a éticoprofissional do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade dos equipamentos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e seu anexo, verificadas posteriormente, garantindo-se à Contratante as faculdades previstas em Legislação pertinente.

11.4 Caberá à equipe de fiscalização, o controle do cumprimento do prazo de entrega por parte da

contratada, devendo informar à Administração os casos de descumprimento para fins de análise de aplicações de sanções administrativas;

11.5 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar à Fundação Mário Peixoto, solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega;

11.6 Atendidas as condições indicadas na cláusula acima, será registrado o recebimento mediante atestado no verso da nota fiscal, ou em termo próprio;

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1 Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa executar os serviços dentro das especificações exigidas neste Termo de Referência;

12.2 Designar servidores do seu quadro de pessoal, para exercer a fiscalização dos serviços contratados e atestá-los;

12.3 Emitir nota de empenho a crédito do prestador de serviço no valor correspondente ao serviço executado;

12.4 Encaminhar a nota de empenho a CONTRATADA;

12.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos;

12.6 Rejeitar, no todo ou em parte e execução do serviço em desacordo com este Termo de Referência;

12.7 Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do serviço contratado, aplicando se for o caso, as penalidades previstas neste Termo de Referência;

12.8 Pagar a nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste Termo de Referência;

13 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 São obrigações da Contratada, além das demais previstas no Termo de Referência e na Legislação vigente, assumir como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;

13.2 A contratada deverá nomear um de seus representantes legais para tratar de todos os assuntos e/ou dificuldades referentes à execução do Contrato, inclusive informado os números dos telefones de trabalho que deverá estar ativo e habilitado durante toda a vigência do Contrato, bem como endereço de e-mail para o envio de correspondência;

13.3 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pela contratada, sob pena da rescisão do mesmo.

13.4 Responsabilizar-se integralmente por todos os empregados que prestarão os serviços, selecionando-os e preparando-os rigorosamente, nos termos da legislação vigente, inclusive certificando-se de atestado de boa conduta e demais referências, visando maior segurança e qualidade na execução dos serviços;

13.5 A Contratada se obriga a responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e ainda, por danos ou avarias e/ou repará-los, quando causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução dos serviços, cabendo-lhe a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso;

13.6 Comunicar por escrito à Fiscalização da Contratante, de forma detalhada, todo tipo de acidente que eventualmente venham a ocorrer com seus empregados;

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO

Processo nº 9377/2026
Fls._____

13.7 Deverá a empresa contratada manter constantemente o número acordado de funcionários para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregados, substituindo-os imediatamente, independentemente de justificativa e assumindo responsabilidade na falta de pessoal, respondendo por qualquer dano material, pessoal ou descumprimento de horário por parte de seus funcionários;

13.8 Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com condutas prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias a disciplina da repartição ou que venha criar embaraços ou dificuldades às exigências dos serviços que lhe forem apresentados;

13.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.10 Manter todos os equipamentos necessários a execução dos serviços em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 48 (quarenta e oito) horas, sem quaisquer ônus para os profissionais, quando se desgastarem, pelo uso ou devido a acidentes de trabalho;

13.11 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

13.12 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

13.13 Deverá a contratada assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica em caso de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a prestação do serviço ou em conexão com ele;

14 CONDIÇÕES GERAIS

14.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (Três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas nesta Ata, firmam:

Mangaratiba, 14 de julho de 2026

Paulo Valle
Presidente
Fundação Mário Peixoto
Matrícula: 457

PAULO HENRIQUE DO VALLE SANTOS
PRESIDENTE
FUNDAÇÃO MARIO PEIXOTO

Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGARATIBA
FUNDAÇÃO MÁRIO PEIXOTO

Processo nº 9377/2026
Fls._____

PELA EMPRESA:
NAL COMERCIO E SERVICOS LTDA
CNPJ sob o nº 61.193.443/0001-30.

Documento assinado digitalmente
gov.br **JUAN MEREIGHETTI DA SILVA**
Data: 14/08/2026 15:34:56-0300
Verificar em https://validar.iti.gov.br

JUAN MERIGHETTI DA SILVA
CPF: 176.189.817-52

ATA Nº 03 DE 12 DE AGOSTO DE 2026
REUNIÃO AMPLIADA DE ELEIÇÃO

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis às treze horas, foi realizada a Reunião Ampliada de Eleição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) na Casa dos Conselhos, sito na rua Coronel Moreira da Silva, 112, Centro – Mangaratiba. Após o credenciamento, foram feitas as apresentações. Registramos a presença dos senhores:

- Sr. Eduardo Ferreira Jordão - Secretário Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
- Sr.ª Sandra Gomes Mota - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
- Sr.ª Luciana Ferreira Machado - Presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa

Após a abertura, o Secretário de Assistência Social, sr. Eduardo Jordão ressaltou a importância da adesão dos municípios ao programa de segurança alimentar, bem como a participação de instituições que acolhem famílias em situação de risco de insegurança alimentar e nutricional. Em seguda a senhora Shirley Neiva mencionou os pilares da segurança alimentar e as atribuições dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, cujos objetivos são promover a disponibilidade e o acesso a alimentação adequaca e saudável, realizar ações voltadas ao combate à fome, mobilizando a sociedade e o poder público em favor ao direito humano à alimentação adequada. Foi realizada a Leitura do Regimento da Reunião Ampliada e sanadas as dúvidas, foram apresentados os representantes da sociedade civil inscritos. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro (EMATER - RIO), manifestou interesse em participar do COMSEA, embora seja uma empresa estadual. Seu pedido será encaminhado como pauta para a próxima reunião do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, pois a mesma fornece apoio técnico, capacitação e orientação a agricultores familiares visando promover o desenvolvimento rural sustentável, com foco na agricultura familiar. Foram eleitas as seguintes instituições:

- Associação da Comunidade dos Remanescentes do Quilombo da Marambaia
- Comunidade Quilombo Santa Justina e Santa Izabel
- Associação de Moradores da Praia Grande - AMOPAG
- Associação Irmãos de Axé
- Movimentos Sociais
- Entidade Religiosa
- Associação Mangaratibense se Apoio a Cultura e à Arte - AMACA
- Balaio

A seguir foi realizado o processo de escolha da mesa diretora do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com a seguinte composição:

Presidente - Iosana Rosineide Mathias Domingos

Vice-Presidente - Adilson de Azevedo Ferreira

1ª Secretária - Ana Cristina Pereira de Barros

2ª Secretária - Natalia Moreira Baceios

Após a apresentação da mesa diretora e feitos os agradecimentos, foi encerrada a Reunião Ampliada de Eleição do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional as quinze horas e quarenta e cinco minutos, a qual eu _____Rosinete Couto, auxiliar administrativa, lavro a presente ata que segue assinada por mim e pelos demais conselheiros.

gov.br SABRINA BARBOZA SANT ANA DE OLIVEIRA

Sabrina Barboza Santana de Olivera
Associação da Comunidade dos Remanescentes
co Quilombo de Marambaia

gov.br Documento assinado digitalmente
IOSANA ROSINEIDE MATHIAS DOMINGOS
Data: 17/08/2026 14:47:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Iosana Rosineide Mathias Domingos
Comunicade Quilombo Santa Justina e Santa Izabel

gov.br LUCIANA FERREIRA MACHADO

Luciana Ferreira Machado
Associação de Moradores da Praia Grande

gov.br Documento assinado digitalmente
ADILSON DE AZEVEDO FERREIRA
Data: 17/08/2026 14:11:54-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Adilson de Azevedo Ferreira
Associação Irmãos de Axé

Dailton Antônio da Silva
Movimentos Sociais

Ana Cristina P. de Barros

Ana Cristina Pereira de Barros
Entidade Religiosa

gov.br Documento assinado digitalmente
THAYANNE MARTINS DE CASTRO
Data: 17/08/2026 10:19:42-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Thayanne Martins de Castro
Associação Mangaratibense de Apoio
a Cultura e à Arte - AMACA

Natalia Moreira Bacelos
Balaio

gov.br Documento assinado digitalmente
ADILSON DE AZEVEDO FERREIRA
Data: 17/08/2026 13:52:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Termo de Adjudicação de Processo Licitatório

Fundação Mario Peixoto

Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 03/2026 – Processo N° 9377/2026
Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)

O(A) Fundação Mario Peixoto, por seu(s) representante(s) abaixo assinado(s), no uso das atribuições legais, após exame e deliberação do processo administrativo N° 9377/2026, em observância ao Instrumento Convocatório, Edital Nº 03/2026, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve(m) adjudicar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1

Finalidade da Licitação:	Registro de Preços de Serviços
Critério de aceitação da proposta:	Menor Preço
Item 1	
Objeto da Licitação:	Contratação De Empresa Especializada em prestação de serviços continuados de disponibilização de veículos automotoress, com dedicação exclusiva de mão de obra - Motorista, incluindo fornecimento de encargos necessários à sua execução.
Quantidade:	12 Mês(s)
Marca:	
Valor Unitário:	R$ 402.030,32
Valor Total:	R$ 4.824.363,84
Participante Vencedor:	**NAL COMERCIO E SERVICOS LTDA**
Apelido utilizado na sala:	Participante 2020
Documento do Licitante:	61.193.443/0001-30
Cidade UF:	Mangaratiba - RJ
Valor total Contratado:	R$ 4.824.363,84

Responsáveis por adjudicação do(s) lote(s)	Lotes adjudicados
Sr.(a) Paulo Henrique do Valle Santos, como autoridade competente adjudicou:	1

Mangaratiba - RJ, 13 de Julho de 2026 as 11 horas e 15 minutos

Promotor: Fundação Mario Peixoto,

Unidade de Compra: Fundação Mario Peixoto

Assinatura _____

Paulo Valle
Presidente
Fundação Mário Peixoto
Matrícula: 457

Autoridade Competente: Paulo Henrique do Valle Santos

Página **1** de **1**

Termo de Homologação de Processo Licitatório

Fundação Mario Peixoto

Modalidade: Pregão (Setor público) - Edital N° 03/2026 – Processo N° 9377/2026

A Autoridade Competente da(o) Fundação Mario Peixoto, Sr.(a) Paulo Henrique do Valle Santos, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei 14.133/2021, Art. 28, I - (pregão eletrônico)), após exame e deliberação do processo administrativo **N° 9377/2026,** em observância ao Instrumento Convocatório **(Edital) 03/2026**, que institui o(a) Pregão (Setor público) em epígrafe, resolve homologar a licitação realizada na forma eletrônica, no portal BBMNET Licitações, conforme as condições a seguir:

RESULTADO DA LICITAÇÃO:

Número do Lote: 1

Finalidade da Licitação:	Registro de Preços de Serviços
Item 1	
Objeto da Licitação:	Contratação De Empresa Especializada em prestação de serviços continuados de disponibilização de veículos automotoress, com dedicação exclusiva de mão de obra - Motorista, incluindo fornecimento de encargos necessários à sua execução.
Quantidade:	12 Mês(s)
Marca:	
Valor Unitário:	R$ 402.030,32
Valor Total:	R$ 4.824.363,84
Participante Vencedor:	**NAL COMERCIO E SERVICOS LTDA**
Apelido:	Participante 2020
Documento do Licitante:	61.193.443/0001-30
Cidade UF:	Mangaratiba - RJ
Valor total Contratado:	R$ 4.824.363,84

Mangaratiba - RJ, 13 de Julho de 2026 as 11 horas e 15 minutos

Assinatura _____

Autoridade Competente: Paulo Henrique do Valle Santos,

Promotor: Fundação Mario Peixoto,

Unidade de Compra: Fundação Mario Peixoto

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

RESOLUÇÃO Nº 93, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

Disciplina a interdição de estacionamento e trânsito de veículos na Rua Bertholdo Ramos – Praia do Saco – Mangaratiba – Festa da Nação Igreja Metodista Mangaratiba

"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"

O SUBSECRETÁRIO DE TRÂNSITO, conforme atribuições delegadas através da Portaria nº 0050/2025.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição do trânsito e do estacionamento de veículos automotores, na Praia do Saco - Mangaratiba, nas seguintes vias:

I. Rua Bertholdo Ramos no trecho compreendido entre a Av. Frei Afonso Jorge Braga e Rua Minas Gerais;

Art. 2º - A presente Resolução terá validade das 16:00 às 20:00 do dia 29 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

EVANDRO RAMALHO DA SILVA
Subsecretário de Trânsito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito.

RESOLUÇÃO Nº 94, DE 19 DE ABRIL DE 2026.

Disciplina a interdição de trânsito e estacionamento de veículos automotores, no Parque Bela Vista - Centro – Mangaratiba - Para manutenção de ralo.

"FAZ INTERDIÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO"

O SUBSECRETÁRIO DE TRÂNSITO, conforme atribuições delegadas através da Portaria nº 0050/2025.

Considerando o dispositivo no art. 2º c/c o art. 24º, inciso II do Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997).

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar interdição do estacionamento e trânsito de veículos, no Parque Bela Vista - Mangaratiba, nas seguintes vias:

I. Rua Antenor Portugal em toda sua extensão;
II. Rua Pastor Manoel Mendes de Souza em toda sua extensão.

Art. 2º - A presente Resolução terá validade, das 06:00 as 20:00 nos dias 20 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

EVANDRO RAMALHO DA SILVA
Subsecretário de Trânsito

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Prefeitura Municipal de Mangaratiba
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2026

CADEP – COMISSÃO DE ANÁLISE DE DEFESA PRÉVIA

JARI – JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÃO

Resultado dos Recursos de Defesa Previa e 1ª instancia, Julgamentos na referida ATA:

Processo	Auto de Infração	Placa	Situação
PMMG/000612/2026	M31862796	RJB6B65	DEFERIDO
PMMG/000306/2026	M31711127	KQV1A10	INDEFERIDO
PMMG/000627/2026	M31714519	LPS5020	INDEFERIDO
PMMG/000626/2026	M31715178	KVV1I14	INDEFERIDO
PMMG/000725/2026	M31871021	KZL1C16	DEFERIDO
PMMG/000505/2026	M31865972	THX9F32	DEFERIDO
PMMG/000625/2026	M31712238	KZM5C53	INDEFERIDO
PMMG/000624/2026	M31716536	LQC7266	INDEFERIDO
PMMG/000295/2026	M31710826	LTU7F20	INDEFERIDO
PMMG/000720/2026	M31873976	LQD3996	DEFERIDO
PMMG/000696/2026	M31860676	RIU3F26	DEFERIDO
PMMG/000693/2026	M31718382	LTE9052	DEFERIDO
PMMG/000640/2026	M31588210	KPU1J64	INDEFERIDO
PMMG/000629/2026	M31872898	DHS9B03	INDEFERIDO
PMMG/000622/2026	M31713827	NIW6587	INDEFERIDO
PMMG/000621/2026	M31714046	RFA8G49	INDEFERIDO
PMMG/000620/2026	M31711800	TTG5H88	INDEFERIDO
PMMG/000619/2026	M31716573	FFO7G64	INDEFERIDO

EXPEDIENTE

Órgão Responsável:
Subsecretaria de Comunicação

Jornalistas Responsáveis:
Nívea Marques

Edição e Revisão:
Jean Carlos Maia

Diagramação:
Jean Carlos Maia

Fotografia:
Jonathan Abade
Renan Ferrazzani

Impressão:
Subsecretaria de Comunicação

Versão Digital
www.mangaratiba.rj.gov.br/novoportal